



ESTADO DO AMAPÁ
Comitê do Tesouro Verde – Decreto nº 2972/20

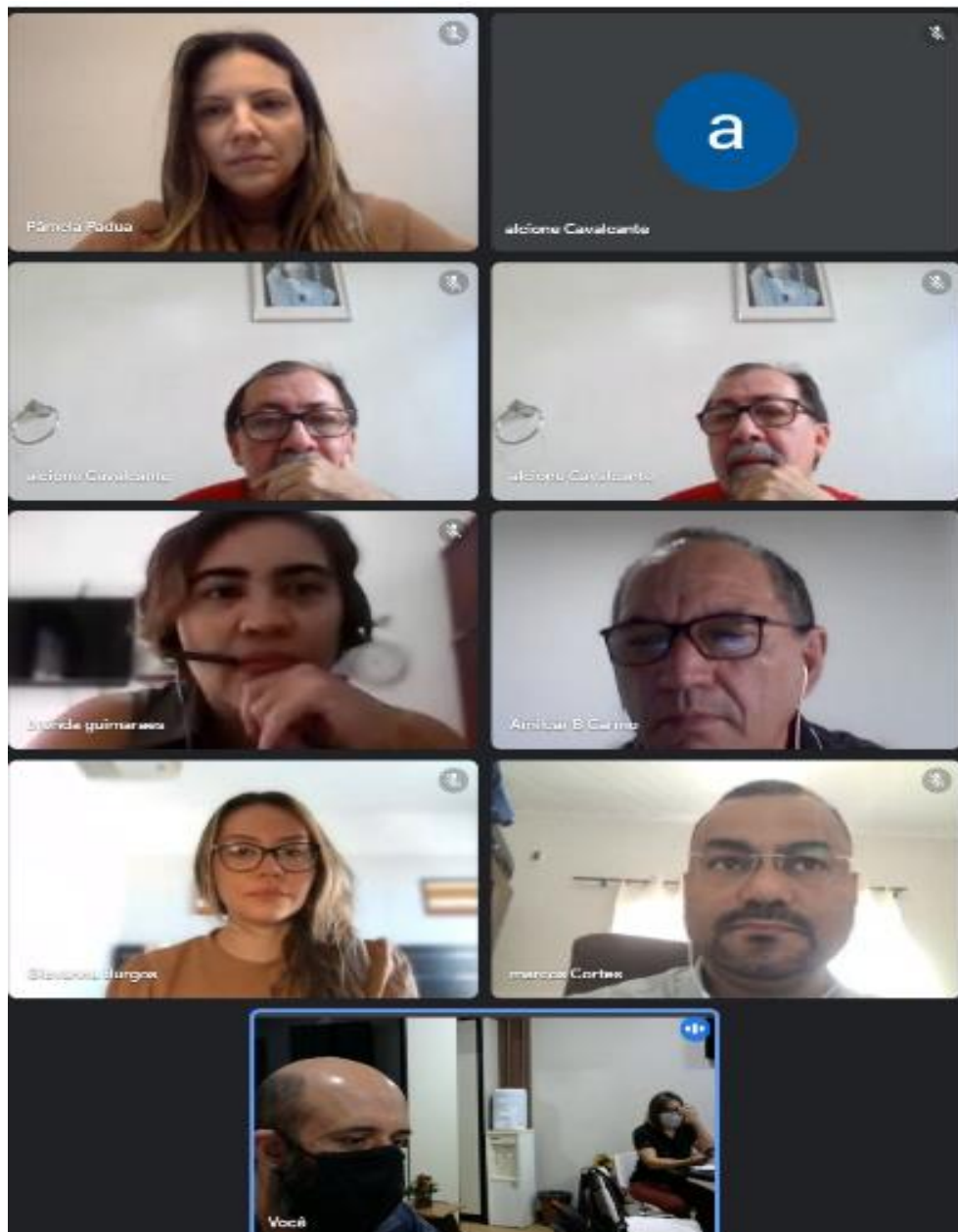
ATA DA I REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL DO TESOIRO VERDE

Data: 20/07/21, 10:00, videoconferência na reunião Google Meet, Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN e pelo link <https://meet.google.com/obx-kpqo-dcw>

PAUTA:

- Aprovação do Regimento, cujo teor pode ser acessado no link <https://drive.google.com/drive/folders/1NouUC1CKpC6NJYnKgEe-6HcQE0Ma5HGK?usp=sharing>
- Apresentação de propostas para destinação dos recursos
- Integralização do capital da Amapá Parcerias
- Benefícios fiscaís do ICMS

Presentes os representantes Sr. Amílcar – ALAP, Sr. Alcione – MP, Sr. Marcos – TCE, Sr. Gláucio – TJAP, Sra. Giovana – DPE, Sra. Isis – SEMA, Sra. Pamela – BMTCA, Cristina Amoras – SEFAZ e Eduardo Tavares – SEPLAN (ausente PGE)



DISCUSSOES

O Secretário Eduardo explicou em linhas gerais, a atuação do Comitê e fez uma retrospectiva de todas as atividades já desenvolvidas e as discussões iniciadas em 2020.

Contextualizou toda a iniciativa do Governo do Estado para implementar uma política pública aderente a política internacional desde o Acordo de Paris, bem como os desdobramentos para a implantação do programa em agosto de 2018, iniciado com a contratação da empresa responsável pelo inventário do patrimônio ambiental e registros cartorários, a incorporação dos ativos ambientais no patrimônio do Estado, registro dos ativos na CTIP em 2020.

Explicou sobre o funcionamento da dinâmica da oferta e demanda e ressaltou que a participação do Comitê é primordial para o redirecionamento dos recursos advindos da comercialização dos créditos de floresta. Lembrou que o ativo não é receita pública, o que só ocorre quando é disponibilizado para comercialização dos selos sustentabilidade cujo objetivo para o consumidor é apagar o impacto socioambiental. O ativo vira recurso com a comercialização na plataforma Tesouro Verde e o crédito é aposentado após 1 ano. O valor de face da Unidade de Crédito de Sustentabilidade - UCS no mercado nacional é de R\$ 170,00 e o volume arrecadado do crédito público é de R\$ 486 mil, recolhidos como receita pública desde 2018.

Assim, a forma de distribuição aos Órgãos como definido no art. 18 do Decreto Estadual nº 2894/2018 demonstra a aplicação estratégica dos recursos a fim de demonstrar onde a receita arrecada está sendo investida.

CONTEXTO
COMO COMEÇAMOS

Amapá: um dos menores índices de desmatamento do planeta

Cargalos amazônicos: regularização fundiária, infraestrutura limitada, insegurança jurídica

Tentativas frustradas nos modelos anteriores

Urgência do momento: Acordo de Paris e pandemia

TVAP - 2021

APLICAÇÃO ESTRATÉGICA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL & EQUILÍBRIO FISCAL

- 15%: meio ambiente = R\$ 72.900
- 15%: fomento sustentável (AFAP) = R\$ 72.900
- 10%: demandas = R\$ 48.600
- 10%: regularização previdenciária = R\$ 48.600
- 10%: P&DI = R\$ 48.600
- 10%: modernização da gestão fiscal e TVAP = R\$ 48.600
- 30%: ODS = R\$ 145.800

POSSIBILIDADES NÃO VINCULADAS: R\$ 365.951,13

PROJETOS IEPA: R\$ 250.168,98
PROJETOS UEAP: R\$ 500.000

TVAP - 2021

Discutida ainda a necessidade da adoção de estratégias para adesão de segmentos econômicos com impacto relevantes, como o transporte coletivo. Através da inserção do programa como condicionante para acesso ao benefício fiscal do ICMS incidente sobre o óleo diesel, para não inviabilizar a adesão em função dos resultados brutos da calculadora ecológica, torna-se necessária a mitigação dos critérios para equilibrar o investimento no Selo Sustentabilidade com a política de estímulo.

REFIS 2020

328ª Reunião do CONFAZ: Convênio ICMS 77/20

Contexto: alívio tributário para retomada responsável (recuperação pandemia)

REFIS Verde: descontos diferenciados em função do compromisso socioambiental (Tesouro Verde)

Desdobramentos diversos: dívida tributária com alta inadimplência -> securitização para agenda sustentável

Apresentou-se ainda o Programa de Recuperação Fiscal REFIS Verde, autorizado no CONFAZ e operacionalizado através da exigência do Selo Sustentabilidade para sua adesão com o maior desconto de juros e multa (95%) e para os parcelamentos mais longos (acima de 60 parcelas) relativos aos débitos do ICMS, uma das principais iniciativas até o momento.

Destacou-se ainda a necessidade de engajamento dos órgãos para ampliação das demandas e subsequente fortalecimento do programa.

Solicitação de encaminhamento de mais informações sobre os projetos apresentados pelo IEPA e UEAP e informações contábeis sobre o Programa Tesouro Verde, bem como a proposta de uma apresentação para as equipes de Controle Externo do TCE.

ENCAMINHAMENTOS E CONCLUSÕES

Manifestações favoráveis dos membros do Comitê às atividades desenvolvidas no âmbito Programa Tesouro Verde até o momento e necessidade de maior aprofundamento dos temas pelos novos integrantes com vistas a internalização das possibilidades de políticas públicas integradas.

Agendamento para a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê Interinstitucional do Tesouro Verde que acontecerá no dia **27/07 às 15h** na sala de reuniões da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN ou pelo link <https://meet.google.com/wpq-vkpu-gec>, para aprovar o Regimento disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/1NouUC1CKpC6NJYnCcEe-6HcQE0Ma5HGK?usp=sharing>, bem como a destinação dos recursos conforme os projetos a serem apresentados e demais itens da pauta.